



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS 2023

CADERNO DE PROVA

PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

INSTRUÇÕES

- 1) Confira este Caderno de Prova. Ele é FRENTE E VERSO das páginas e deverá conter **10 (dez)** questões de português, **30 (trinta)** questões de conhecimentos específicos e **2 (duas)** questões discursivas.
- 2) A prova terá duração de **4 (quatro)** horas, improrrogáveis.
- 3) A interpretação das questões é de responsabilidade do candidato.
- 4) Não será permitida nenhuma espécie de consulta, sob pena de desclassificação.
- 5) Responda às questões objetivas e discursivas nas folhas de respostas que serão entregues em separado.
- 6) As folhas de respostas serão os únicos documentos válidos para a correção, sendo o seu preenchimento de inteira responsabilidade do candidato.
- 7) Não rasure as folhas de respostas, as quais deverão conter somente o número de inscrição do candidato, sendo vedada a sua identificação nominal ou por meio de sinais, sob pena de desclassificação do candidato.
- 8) **Em nenhuma hipótese haverá substituição das folhas de respostas: por motivo de erro do candidato, marcação rasurada ou emendada.**
- 9) Este Caderno de Prova deverá ser devolvido junto com as folhas de respostas ao final da prova.

Boa Sorte!!!



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

Prova Objetiva de Português

Nas questões 01 e 02, aponte a opção gramaticalmente correta.

Questão 01

- (a) Todos querem a paz e aspiram por ela.
- (b) Fui no shopping comprar o presente para minha mãe.
- (c) Ele prefere correr a nadar.
- (d) Vou informar os empregados que ninguém será demitido.

Questão 02

- (a) Custa crer que ele venceu a partida.
- (b) A enfermeira assistiu à paciente todos os dias.
- (c) Cheguei atrasada no trabalho.
- (d) As informações de que dispomos não são suficientes.

Nas questões abaixo, assinale a opção que preenche corretamente as lacunas do texto:

Questão 03

Recorreu ____ lei e ____ ela se apegou como uma tábua de salvação, porque jurava que todos estavam desobedecendo ____ limitações impostas.

- (a) à / à / as
- (b) a / à / as
- (c) à / a / às
- (d) à / à / às

Questão 04

Dia ____ dia, a empresa foi crescendo, e, ____ vista disso, tivemos de recorrer ____ orientações de profissionais experientes.

- (a) a / a / as
- (b) a / à / a
- (c) à / a / as
- (d) à / à / à

Questão 05

Assinale a alternativa gramaticalmente correta:

- (a) A comissão da PR/MG e da PRR6 convidam para o evento de confraternização.
- (b) Há 10 brindes de cuidado com a saúde oferecido pela clínica conveniada.
- (c) A ocorrência de interferências leva-nos a concluir pela impossibilidade de transmissão do evento.
- (d) Nenhuma das anteriores.

Nas questões 06 e 07, assinale a alternativa que corretamente completa as frases:

Questão 06

Elas ____ tiraram as fotos, que seguiram ____ aos textos, sendo tais providências ____ para a publicação da reportagem.

- (a) Mesmas – anexo - bastantes
- (b) Mesmas – anexas - bastantes
- (c) Mesmo – anexas - bastante
- (d) Nenhuma das anteriores.

Questão 07

Prática de atividade física é ____ para a saúde, mas é ____ cautela, para que resultados indesejados não ____.

- (a) Bom – necessário - ocorram
- (b) Bom – necessária - ocorra
- (c) Boa – necessária - ocorram
- (d) Nenhuma das anteriores.

Questão 08

Assinale a alternativa gramaticalmente correta:

- (a) Ela está meia nervosa com as provas.
- (b) Era meia-noite e meio quando a campainha tocou.
- (c) Anexo, envio-lhe os documentos requisitados.
- (d) Nenhuma das anteriores.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

Questão 09

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), pelo Grupo de Trabalho de Promoção da Igualdade Racial e Combate ao Racismo, acompanha, no âmbito do MPF, a aplicação concreta da política afirmativa das cotas raciais para acesso ao ensino superior e trabalha pela implementação da política afirmativa como um todo, em articulação com outras entidades públicas e privadas que atuam no combate ao racismo institucional.

Assinale a alternativa que não está em desacordo com o texto:

- a) A PFDC acompanha a aplicação da política afirmativa de cotas raciais no âmbito dos concursos realizados pelo MPF.
- b) A PFDC instituiu um Grupo de Trabalho para acompanhar a implementação da política de cotas sociais no ensino superior.
- c) A PFDC, como órgão do MPF que atua na esfera federal, busca combater o racismo institucional apenas junto a outras instituições públicas federais.
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 10

“Desde agosto de 2019, MPF, PF e CGU vêm atuando para desarticular organizações criminosas que agem dentro do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) em Minas Gerais. Foram identificados indícios de fraude ao caráter competitivo dos processos licitatórios, recebimento de vantagens indevidas, superfaturamento em obras públicas e execução de serviços de baixa qualidade, com desvio de recursos das obras que deveriam ser executadas pelo órgão”.

Assinale a alternativa que não está em desacordo com o texto:

- a) O MPF, a PF e a CGU estariam atuando por meio de organizações criminosas desde agosto de 2019.
- b) Os investigadores descobriram que o Dnit vem sendo alvo de organizações criminosas, para o desvio de recursos públicos das obras que deveriam ser realizadas pelo órgão.
- c) Os indícios de fraudes nas licitações e de superfaturamento nas obras públicas indicam que o MPF, a PF e a CGU já desarticularam totalmente a atuação dos criminosos.
- d) Nenhuma das anteriores.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

Conhecimentos Específicos

Prova Objetiva de Direito

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. Não se pode afirmar sobre o constitucionalismo moderno:

- a) surgiu no processo de diferenciação dos sistemas normativos sociais que conferiu autonomia à política e ao direito em face do subsistema moral e religioso
- b) pode ser visto como uma resposta do sistema jurídico e político a novas demandas da economia e de ganho de complexidade das relações sociais
- c) instaurou um regime de intersubjetividade que aboliu o regime de opressão e de diferenciação sociais
- d) substitui o modelo de dominação de status, fundado numa ordem cosmológica ou religiosa, pela dominação de classe, baseada na racionalidade instrumental.

12. São assegurados constitucionalmente os seguintes direitos, exceto:

- a) a garantia do devido processo legal para privação da liberdade, da vida ou dos bens do indivíduo
- b) a inadmissibilidade no processo de provas obtidas por meios ilícitos
- c) o princípio do estado ou presunção de inocência
- d) a irretroatividade da lei penal, salvo para beneficiar o réu

13. De acordo com o texto da Constituição, não possuem ou não podem exercer os direitos políticos, exceto:

- a) os conscritos, durante o período do serviço militar obrigatório
- b) os estrangeiros em qualquer hipótese
- c) os menores de 16 anos

d) os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos

14. O Estado federal brasileiro apresenta diversas características, exceto:

- a) é relativamente centralizado, embora reconheça a autonomia dos Municípios
- b) é fruto de um pacto federativo que resultou das lutas de independência ocorridas em 1822
- c) atribui ao Distrito Federal competência de Estados e Municípios, embora restrinja a autonomia em relação ao Judiciário, Ministério Público e Polícias
- d) impede a intervenção federal direta nos Municípios, exceto nos Territórios

15. São funções institucionais do Ministério Público, exceto:

- a) promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;
- b) promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
- c) defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;
- d) fazer a representação judicial e consultoria jurídica de entidades públicas

DIREITO CIVIL e CONSUMIDOR

16. Marque a afirmativa correspondente.

I – De acordo com a jurisprudência atual do STJ, não se aplica o CDC à relação entre o advogado e seu cliente.

II – Um apartamento, por exemplo, adquirido na planta, cujo memorial descritivo indica que os pisos serão de mármore, configura vício do



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

produto se o piso efetivamente usado pela construtora é de material inferior ao prometido.

III – De acordo com a posição atual do STF e STJ, em caso de conflito hermenêutico entre o CDC e as Convenções de Varsóvia e Montreal, são aplicáveis as referidas Convenções e não o CDC (em caso, por exemplo, de danos materiais por extravios de bagagens em voos internacionais).

IV – Uma senhora, vizinha de movimentado aeroporto, sofre um dano consistente na queda de um avião da GOL em cima de sua casa. Ela poderá, no caso, ingressar contra a companhia aérea e a responsabilidade da companhia, no caso, será objetiva. Poderá ainda solicitar a inversão do ônus da prova, pois ela é considerada consumidora (por equiparação).

- a) Todas as afirmativas estão certas.
- b) Há apenas uma afirmativa errada.
- c) Há duas afirmativas erradas.
- d) Há três afirmativas erradas.

17. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O CDC não previu expressamente a excludente da culpa concorrente;
- b) O CDC não previu explicitamente a excludente do caso fortuito ou força maior;
- c) Não pode ser equiparada a fornecedor a entidade responsável pela organização da competição esportiva, nem a entidade de prática desportiva detentora do mando do jogo;
- d) Em se tratando de erro médico que cause dano ao consumidor, este poderá propor a ação em seu domicílio, mesmo que a cirurgia tenha sido feita em outro Estado. O prazo para ingressar com a ação será de cinco anos. O paciente poderá requerer a inversão do ônus da prova. A denúncia da lide não é admitida.

18. Marque a alternativa correta, de acordo com a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça:

a) o CDC se aplica aos contratos de planos de saúde, inclusive os administrados por entidade de autogestão;

b) o CDC não é aplicável à relação jurídica entre um cliente e as corretores de ações (como banco BTG ou XP, por exemplo);

c) o CDC é aplicável às entidades abertas e fechadas de previdência complementar;

d) o CDC não se aplica às relações entre acionistas investidores e a sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas no mercado de valores mobiliários.

19. Assinale a resposta INCORRETA:

a) O assalto durante uma viagem de ônibus é considerado, pela jurisprudência do STJ, como fortuito externo;

b) Se, por exemplo, o motorista de um ônibus sofre um ataque cardíaco e o ônibus se desgoverna, causando danos aos passageiros, estaremos diante de um exemplo de fortuito interno;

c) A jurisprudência do STJ tem aceito, em inúmeros casos, a chamada função punitiva do dano moral;

d) O STJ, julgando recurso especial, nunca aceita rever os valores de indenização por dano moral fixados pelas instâncias inferiores, ainda que irrisórios ou exorbitantes os valores.

20. Em relação ao nome da pessoa natural, assinale a resposta INCORRETA:

a) Atualmente qualquer um de nós, depois de atingida a maioridade civil, poderá requerer a alteração extrajudicial do prenome;

b) O STF reconheceu aos transgêneros que assim o desejarem o direito à substituição de prenome e sexo diretamente no registro civil, porém apenas caso comprovem a realização de cirurgia de transgenitalização ou de qualquer tratamento hormonal;

c) O estrangeiro, naturalizado brasileiro, poderá, se desejar, alterar o prenome;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

d) O prenome poderá ser alterado, segundo nossa doutrina, em caso de erros gráficos evidentes, bem como em caso de apelidos notórios. Ademais, a possibilidade de mudanças do nome (judicialmente autorizadas) perfaz um rol exemplificativo, aberto.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. De decisão monocrática proferida pelo Relator do órgão fracionário (Turma) do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), que tenha disposto pelo não provimento à apelação, pode ser interposto:

- a) recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça, desde que tenha havido prequestionamento, ao fundamento de que a decisão recorrida negou vigência a tratado ou lei federal;
- b) recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça, ao fundamento de que a decisão recorrida negou vigência a lei federal;
- c) recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça, ao fundamento de que a decisão recorrida tenha julgado válido ato de governo local em face de lei federal;
- d) embargos de declaração, caso se aponte na decisão reportada erro material, omissão, obscuridade ou contradição e, em seguida ao julgamento dos embargos, agravo interno dirigido à Turma do TRF6.

22. [Direito Processual Civil] Sobre o instituto processual da repercussão geral, pertinente à admissibilidade do Recurso Extraordinário cabível ao Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- a) há presunção absoluta de repercussão geral quando o acórdão recorrido tenha contrariado precedente do Supremo Tribunal Federal;
- b) se, a juízo do Supremo Tribunal Federal, o Recurso Extraordinário não preencher o requisito do prequestionamento, prejudicado

estará o exame do requisito da repercussão geral;

c) há presunção absoluta de repercussão geral quando o acórdão recorrido tenha decidido pela constitucionalidade de lei estadual em face da Constituição da República;

d) a repercussão geral pode ser analisada pelo órgão prolator da decisão impugnada, cabendo ao Presidente do Tribunal a quo realizar o seu exame quando do exercício na origem de admissibilidade do Recurso Extraordinário;

23. Considere que o Ministério Público Federal tenha ajuizado Ação Civil Pública por atos de improbidade administrativa contra o servidor público José da Silva e contra o empresário Roque dos Santos. Segundo narrativa formulada na petição inicial, para a aquisição de exemplares de obras didáticas para a biblioteca da UFMG, em dois contratos de fornecimentos distintos, teria havido conluio entre o servidor denunciado e o empresário fornecedor para burlar o caráter competitivo da contratação, para superfaturamento do contrato e para enriquecimento ilícito de ambos os denunciados. Ao servidor foram imputadas as condutas de dispensa ilícita de licitação, superfaturamento dos objetos das contratações em conluio com o empresário corréu e enriquecimento ilícito. Ao empresário foram imputadas as condutas conluio com o servidor para dispensa da licitação indevida, para superfaturamento dos preços e enriquecimento ilícito. Na sentença o Juízo reconhece a indevida dispensa de licitação, o conluio entre os denunciados, o superfaturamento e o enriquecimento ilícito de ambos em detrimento da administração pública, porém, somente em relação a um dos contratos de fornecimento reportados na inicial. Quanto ao outro contrato, segundo a sentença, não teria havido prova de ilicitude alguma. Em face disso, a sentença comina as sanções



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

requeridas no pedido inicial de condenação dos denunciados ao ressarcimento na medida do enriquecimento de cada qual, de suspensão dos direitos políticos de ambos pelo prazo de 08 anos; condenação do empresário em pena de impossibilidade de contratação com o poder público por 08 anos; perda da função pública cominada ao servidor. Observe-se que os prazos acima reportados de suspensão dos direitos políticos e de proibição de contratação com o poder público foram fixados na sentença exatamente na medida do que foi peticionado pelo órgão do MPF. Nessa situação:

- a) o Ministério P\xfablico Federal n\xf3o poderá interpor apelação, tampouco interpor recurso adesivo;
- b) o Ministério P\xfablico Federal poderá interpor apelação e, se n\xf3o o fizer no prazo legal, n\xf3o poderá interpor recurso adesivo;
- c) tendo sido sucumbente com relação a parte do que se decidiu, o Ministério P\xfablico Federal poderá interpor apelação ou recurso adesivo à apelação que venha a ser interposta pelos requeridos;
- d) será admissível recurso adesivo do MPF à apelação eventualmente interposta por qualquer dos requeridos, podendo o órgão do MPF fazê-lo aproveitando-se do prazo para apresentar resposta ao recurso, contado, entretanto, em dobro, conforme prescreve o artigo 180 do CPC.

24. Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a pendência de duas ações civis públicas ajuizadas perante o mesmo \x9crgão judicial, uma de autoria do Ministério P\xfablico e outra de autoria de associação legitimada à defesa do consumidor, tendo elas a mesma causa de pedir e o mesmo pedido, importa em que:

- I) o tratamento aos institutos da litispendência e coisa julgada nas ações coletivas n\xf3o deve

ocorrer exatamente da mesma forma que o atribuído às ações individuais;

II) para aferição de suposta relação de litispendência entre as causas, n\xf3o importa especialmente os substitutos; o que mais importa são os substituídos;

III) sendo o Ministério P\xfablico legitimado principal e a associação legitimada secundária, deverá ser extinta a ação ajuizada por essa \x9cltima;

IV) em sendo distintos os autores das ações, tal circunstância, por si s\xf3, n\xf3o obsta a que se reconheça a litispendência entre as causas;

- a) est\xe3o corretas apenas as hipóteses I e III;
- b) est\xe3o corretas as hipóteses II, III e IV;
- c) est\xe3o corretas as hipóteses I, II e IV;
- d) est\xe3a correta apenas a hipótese III;

25. Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a competência para julgamento de Ação Civil Pública a conter pedido de reparação de danos ambientais contra empresa à qual se pretende imputar a responsabilidade pelo descarte ilícito de resíduos poluentes no leito de rio cujo curso se estende pelos territórios dos Estados de Minas Gerais e do Esp\xedrito Santo será:

- a) de qualquer uma das Varas da Seção Judiciária do Estado do Esp\xedrito Santo, determinada pelo critério correspondente ao local da consumação do resultado danoso;
- b) da Justiça Estadual comum do Estado do Esp\xedrito Santo, determinada pelo critério correspondente ao local da consumação do evento danoso;
- c) da Justiça Estadual comum do Estado de Minas Gerais, determinada pelo critério correspondente ao local em que se perpetrou a conduta lesiva;
- d) da Justiça Federal, podendo ser estabelecida no foro da Seção Judiciária da Capital de qualquer dos Estados afetados, fixando-se pelo critério da prevenção.



DIREITO PENAL

26. Assinale a alternativa correta:

- a) A conduta de financiar a prática do crime de tráfico de drogas é atípica, pois não prevista no Art. 33, caput e § 1º, da Lei nº 11.343/2006.
- b) Nos crimes contra a ordem tributária e contra a Previdência Social, a prescrição criminal não corre durante o período em que o a pessoa física ou jurídica relacionada ao delito estiver incluída no parcelamento, independentemente do momento em que formalizado o pertinente pedido.
- c) Conforme jurisprudência predominante do Superior Tribunal de Justiça, o delito tipificado no Art. 48 da Lei nº 9.605/1998 (“Impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação”) é delito instantâneo de natureza permanente.
- d) A utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da Justiça Estadual.

27. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A pena unificada para atender ao limite de trinta anos de cumprimento, determinado pelo art. 75 do Código Penal, não é considerada para a concessão de outros benefícios, como o livramento condicional ou regime mais favorável de execução.
- b) Há crime impossível na hipótese de subtração de coisa alheia móvel de estabelecimentos bancários dotados de sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico, consoante a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
- c) É hipótese de extraterritorialidade incondicionada a aplicação da lei brasileira ao servidor público da União que, em serviço no exterior, pratica o crime de peculato (Art. 312 do Código Penal).
- d) Nos crimes contra a flora, previstos na Lei nº 9.605/1998, constitui causa de aumento da pena

a prática do delito durante a noite, em domingo ou feriado.

28. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O delito de prevaricação (Art. 319 do Código Penal) é classificado como crime próprio.
- b) O delito de omissão de socorro (Art. 135 do Código Penal) constitui exemplo de crime omissivo impróprio.
- c) Nos crimes tentados a adequação típica é mediata.
- d) O delito de corrupção passiva (Art. 317 do Código Penal) exige o resultado naturalístico para se consumar.

29. Assinale a alternativa correta:

- a) Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não é aplicável o princípio da insignificância ao delito de descaminho (Art. 334 do Código Penal), uma vez que não se trata de crime de natureza tributária.
- b) A conduta do crime culposo não é voluntária e finalística.
- c) Os elementos normativos do tipo exigem uma valoração exclusivamente jurídica.
- d) A periculosidade do agente é premissa para a aplicação de medida de segurança.

30. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É finalidade da pena a punição do agente, como retribuição pelo mal injusto.
- b) Conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada.
- c) A existência de ações penais em curso autoriza a exasperação da pena base do agente, conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
- d) A condição de funcionário público é elementar do delito de peculato (Art. 312 do Código Penal).



DIREITO PROCESSUAL PENAL

31. Acerca do inquérito policial, é ERRADO afirmar que:

- a) Segundo o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, o reconhecimento de pessoas, quando realizado na fase do inquérito, dispensa a observância das formalidades de que trata o art. 226, CPP;
- b) No âmbito da Justiça Federal, o prazo para conclusão do inquérito policial será de quinze dias, quando o investigado estiver preso, podendo ser prorrogado por mais quinze dias, de forma fundamentada;
- c) Arquivado o inquérito policial, não pode a ação penal ser iniciada sem novas provas;
- d) Nos crimes em que não couber ação pública, os autos do inquérito serão remetidos ao juiz competente, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.

32. Marque a alternativa correta:

- a) Configura o crime de falsidade ideológica (CP, art. 299) a mera autodeclaração étnico-racial, para ingresso em instituições públicas federais, ainda que baseada na íntima convicção do investigado.
- b) Não é de atribuição do Ministério P\xfablico Federal apurar crimes envolvendo condutas homofóbicas, ainda que praticadas por meio da rede mundial de computadores, tendo em vista a inexistência de tratado ou convenção internacional sobre o tema.
- c) É de atribuição do Ministério P\xfablico Federal apurar a inobservância da lista de prioridades na vacinação contra a Covid-19 (comumente denominado de “fura fila”).
- d) É de atribuição do Ministério P\xfablico Federal a persecução penal dos crimes relativos a entorpecentes, quando comprovado o caráter interestadual da conduta.

33. Sobre as provas no processo penal, analise as alternativas a seguir:

- I. Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.
- II. A coleta consiste no ato de recolher o vestígio que será submetido à análise pericial, respeitando suas características e natureza, e somente pode ser realizada por perito oficial.
- III. Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas;
- b) I, apenas;
- c) III, apenas;
- d) I e III, apenas.

34. Analise as afirmativas abaixo:

- I. O acordo de não persecução penal não constitui direito subjetivo do investigado, de modo que pode ser proposto pelo Ministério P\xfablico conforme as peculiaridades do caso concreto, quando considerado necessário e suficiente para reprovar e prevenir infrações penais.
- II. A busca e apreensão é medida cautelar real, assim, diferentemente das cautelares pessoais, independe, para sua concessão, da comprovação do requisito da contemporaneidade dos fatos introduzido pelo Pacote Anticrime no § 1º do art. 315 do CPP.
- III. O prazo de 90 dias previsto no parágrafo único do art. 316 do CPP para revisão da prisão preventiva é peremptório, de modo que eventual atraso na execução do ato implica reconhecimento automático da ilegalidade da prisão.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas;
- b) II, apenas;
- c) II e III, apenas;
- d) I e II, apenas.

35. Sobre os recursos no processo penal, é ERRADO afirmar:

- a) A ausência de contrarrazões ao recurso em sentido estrito interposto contra decisão que rejeita a denúncia constitui mera irregularidade, não ensejando nulidade.
- b) O efeito devolutivo amplo da apelação criminal autoriza o Tribunal de origem a conhecer de matéria não ventilada nas razões recursais, desde que não agrave a situação do condenado.
- c) O conhecimento do recurso de apelação do réu independe da sua prisão.
- d) Não cabe mandado de segurança para conferir efeito suspensivo ativo a recurso em sentido estrito interposto contra decisão que concede liberdade provisória ao acusado.

DIREITO ADMINISTRATIVO

36. Marque a alternativa INCORRETA de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021 e o entendimento do Supremo Tribunal Federal a seu respeito:

- a) A partir da edição da Lei nº 14.230/2021, o agente público que, culposamente, causar dano ao erário poderá responder civil e administrativamente por ato ilícito, porém não mais por ato de improbidade administrativa.
- b) O novo regime prescricional previsto na Lei nº 14.230/2021 é irretroativo, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da sua publicação.
- c) A legitimidade para firmar acordo de não persecução civil no contexto do combate à

improbidade administrativa é exclusiva do Ministério P\xfablico.

d) A previsão de obrigatoriedade de atuação da assessoria jurídica na defesa judicial do administrador público afronta a autonomia dos Estados-Membros e desvirtua a conformação constitucional da Advocacia P\xfablica, ressalvada a possibilidade de os órgãos da Advocacia P\xfablica autorizarem a realização dessa representação judicial, nos termos de legislação específica.

37. A respeito dos agentes públicos, é INCORRETO afirmar, à luz da jurisprudência do STF:

- a) O direito de greve é assegurado aos servidores públicos que atuam diretamente na área de segurança pública, desde que mantido contingente capaz de garantir a segurança da sociedade.
- b) É dever do Estado mover a ação de regresso contra o agente público causador direto do dano, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.
- c) É inconstitucional lei que preveja a possibilidade de o indivíduo aprovado no concurso público ingressar imediatamente no último padrão da classe mais elevada da carreira.
- d) A irredutibilidade da remuneração dos servidores públicos, garantida pelo texto constitucional, é meramente nominal, não impedindo a alteração da forma de cálculo caso o valor total dos vencimentos não seja alterado.

38. Sobre o tombamento como forma de intervenção do Estado na propriedade, é correto afirmar:

- a) O proprietário de bem tombado deve conservá-lo da forma como se encontra, sendo da sua responsabilidade a realização de todas as benfeitorias necessárias a esse fim e, caso não possua recursos financeiros para tanto, informar



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

ao poder público sobre a necessidade das obras, sob pena de multa.

b) O tombamento de coisa pertencente a pessoa natural ou pessoa jurídica de direito privado, como forma de proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural, se fará apenas compulsoriamente.

c) A coisa tombada não poderá sair do país, diante do risco de lesão ao patrimônio histórico e artístico nacional.

d) As coisas tombadas poderão ser excepcionalmente destruídas, desde que mediante prévia autorização especial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

39. Assinale a alternativa correta:

a) A desapropriação especial rural, para fins de reforma agrária, é espécie de desapropriação confisco.

b) A competência para declarar interesse público na desapropriação especial urbana se restringe à União.

c) Os juros compensatórios destinam-se, apenas, a compensar a perda de renda comprovadamente sofrida pelo proprietário de bem objeto de desapropriação.

d) Bens públicos não podem ser objeto de desapropriação.

40. Marque a alternativa correta:

a) A responsabilidade da concessionária de serviço público é objetiva e exclui a do ente estatal concedente.

b) Culpa exclusiva da vítima, caso fortuito e força maior são exemplos de excludentes de responsabilidade aplicáveis à teoria do risco administrativo.

c) A responsabilidade de entidade da administração indireta exploradora de atividade econômica segue regime jurídico distinto do direito privado.

d) Os elementos definidores da responsabilidade estatal no caso de omissão de seus agentes são o comportamento omissivo genérico, o dano e o nexo de causalidade.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

Prova Discursiva de Direito

1. [Direito Processual Penal]

A Lei n. 13.964, de 24 de dezembro de 2019, conhecida como “Pacote Anticrime”, dentre outras novidades no processo penal, previu a possibilidade de celebração de Acordo de Não Persecução Penal, para crimes cometidos sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos.

Discorra sobre o instituto do acordo de não persecução penal, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- Momento de celebração do acordo e a (im)possibilidade de seu oferecimento quando já recebida a denúncia;
- Requisitos objetivos e subjetivos para a celebração do acordo;
- (Im)possibilidade de vedação abstrata da celebração de ANPP para determinados tipos de crimes, como os raciais.

2. [Direito Administrativo]

Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado (art. 44, V, do Código Civil) mantidas, em grande parte, por verbas públicas oriundas do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário) e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC).

Segundo o art. 23-C da Lei nº 8.429/92, incluído pela Lei nº 14.230/2021, “atos que ensejem enriquecimento ilícito, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação de recursos públicos dos partidos políticos, ou de suas fundações, serão responsabilizados nos termos da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995”.

Em 27 de dezembro de 2022, no bojo da ADI nº 7236 MC/DF, o Ministro Alexandre de Moraes deferiu parcialmente medida cautelar para conferir interpretação conforme ao art. 23-C da Lei nº 8.429/92, a fim de que a responsabilização prevista em tal dispositivo ocorra sem prejuízo da incidência da Lei de Improbidade Administrativa.

Diante dessa conjuntura, discorra sobre o art. 23-C da Lei nº 8.429/92, incluído pela Lei nº 14.230/2021, e os fundamentos para sua compatibilidade ou não com o texto constitucional.